

A PRODUÇÃO DE SOJA NO SUL DO MARANHÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PEQUENA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Benedito Souza Filho¹

RESUMO - Este artigo visa a descrever os impactos causados à pequena produção de alimentos a partir da produção de soja no Sul do Estado do Maranhão, voltada à exportação. Nossa intenção é correlacionar situações empiricamente observadas e/ou relatadas por famílias camponesas atingidas, ao movimento de internacionalização da economia.

A partir de situações concretas, procuraremos observar as implicações desse movimento, destacando o conjunto de problemas gerados para a pequena produção em áreas específicas de municípios localizados nessa parte do Estado, entendendo o mesmo enquanto um "locus" específico onde processos antagonísticos ocorrem.

PALAVRAS-CHAVE: Fazendas de Soja, Globalização, Pequena produção.

ABSTRACT - This article intends to describe the impacts on small food production in the south of the state of Maranhão, caused by soya production destined to export. Our intent is to correlate situations which have been empirically observed and/or reported by affected peasant families to the process of internationalization of the economy.

Through real situations, will try to observe the results of this movement, giving special attention to the problems created to the small production in specific areas situated in this part of the state.

KEY WORDS: Soy Farms, Globalization, Small production.

¹ Universidade Federal do Pará. Curso de Mestrado em Antropologia Social. Mestrando. Campus Universitário. Av. Augusto Corrêa, s/n. CEP 66073-040. Belém/PA.

No presente trabalho, a nossa intenção é correlacionar situações empiricamente observadas como também aquelas relatadas por famílias de trabalhadores dos povoados pesquisados ao movimento de internacionalização da economia, caracterizado como globalização. Não pretendemos aqui promover um debate em torno do que ela é, mas mostrar os efeitos gerados a partir de investimentos pautados na proposta econômica de aproximação de mercados que a mesma pressupõe. Dessa forma, as discussões em torno da globalização, como um processo mundial, devem levar em consideração as transformações econômicas e sociais que se processam tanto a nível global como local. Nesse sentido, devemos atentar para os processos sociais que ocorrem em micro espaços, marcados entre outros fatores por antagonismos sociais. No caso, a nossa opção é justamente mostrar os efeitos localmente constatados em alguns povoados situados ao Sul do Maranhão, que poderiam se perder se entendêssemos a globalização como um processo geral, em que os problemas sociais ficam obscurecidos. Além do mais, não podemos pensá-la como algo que é fruto do momento presente, como uma idéia nova, do contrário estaríamos sofrendo, como sugere Hall (1991:19-39), de amnésia histórica, pois a crise capitalista dos anos setenta foi, em grande parte, a responsável pela aceleração da abertura de um novo mercado global. Como tentaremos demonstrar, a produção de soja no Sul Maranhense, estimulada por essa onda internacionalizante, tem gerado problemas sociais de graves proporções para famílias camponesas, que moram e desenvolvem suas atividades produtivas nessa parte do Estado.

Diferentemente do anunciado em alguns meios de comunicação, que alardeiam o sucesso do pólo produtor de soja na microrregião de Gerais de Balsas, na parte Sul do Estado do Maranhão que envolve os municípios de Balsas, Riachão, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, problemas sociais e ambientais de graves proporções têm se colocado para as famílias camponesas que moram e desenvolvem suas atividades produtivas nessa área. Antes de afirmar apenas que os problemas atualmente enfrentados, a partir da produção de soja, são fruto das contradições de um modelo de agricultura, pautado na modernização, caberia observar alguns processos sociais registrados nessa parte do Estado num período passado não muito longínquo.

A experiência verificada a partir de 1974, pelos chamados *gaúchos* - produtores agrícolas procedentes dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul que se instalaram no Sul do Maranhão -, longe de ser considerada como um processo de colonização dirigida ou mesmo de colonização espontânea e que representava um movimento de modernização da agricultura (Paula Andrade 1982, 1983), pode servir como um dos indicadores ao entendimento de alguns problemas atualmente em curso.

Não cabe aqui discutir os fatores que concorreram para a baixa produtividade do arroz, principal cultura plantada naquele período, mesmo tendo os chamados *gaúchos* baseado sua produção na mecanização, na utilização de insumos e na aplicação de capital. É importante resgatar que, face aos problemas relativos ao crédito, a escoamento da produção, à falta de chuvas e a resultados adversos das colheitas, esses produtores viram-se obrigados a pensar algumas alternativas e, dentre elas, encontrava-se a pecuarização e a possibilidade de substituição da cultura do arroz pela da soja (Paula Andrade 1983). Mesmo não se afirmando como substituta da cultura do arroz, como adverte Paula Andrade, a soja se mostra, naquela época, como uma alternativa para a região. Na realidade, segundo esta autora, tudo parece indicar que a soja já estava nos planos desses produtores, tendo sido o cultivo do arroz apenas uma estratégia inicial.

É justamente nesse processo, observado há duas décadas, que devemos buscar as indicações para a afirmação da região como um novo centro produtor de grãos e não como fenômeno de expressão produtiva que brota repentinamente no presente. No início da década de oitenta, o Brasil assegurava 16% da produção mundial de soja (Bertrand 1987) e alguns produtores já observavam o lugar de destaque alcançado pelo país. Dessa forma, na observação de problemas locais, não poderemos deixar de incluir esse movimento de internacionalização da economia.

Diferentemente do que se observou com a experiência de desenvolvimento da cultura mecanizada do arroz, a soja foi gradativamente aumentando o seu volume de produção e alcançando níveis de produtividade superiores aos do Rio Grande do Sul. Nesse sentido vale ressaltar que a EMBRAPA já vinha desenvolvendo convênios com as Unidades de Tratamento de Sementes dos autodenominados *pioneiros* e,

num momento anterior à década de oitenta, algumas experiências já haviam sido realizadas, como a exportação de 240 toneladas de soja para uma indústria de óleos em Teresina (Paula Andrade 1983).

A agricultura tradicional, também chamada de *agricultura de toco*, conseguia manter bons níveis de produção comparados àqueles apresentados pelos chamados *gaúchos* de forma mecanizada (Paula Andrade 1983). Com a ascensão da produção da soja, os resultados da pequena produção de alimentos começam a ser alterados, pois as áreas de plantio da nova cultura tenderam a ser ampliadas, bem como os incentivos financeiros por parte dos bancos oficiais, o que permitiu a chegada de novos produtores. Investimentos através de políticas públicas foram orientados para a região, o que estimulou o aumento da grilagem e a concentração de terras. A partir desse movimento e mesmo sofrendo os impactos dos novos investimentos, a pequena produção de alimentos continuou afirmando a sua importância para a economia regional, pois a soja não era um produto de consumo local, sendo a sua produção destinada ao mercado externo.

No período que compreende o ano agrícola 1980-1981, a produção mundial de soja chega a alcançar 81 milhões de toneladas. Três países conseguem responder por 90% dessa produção. Os Estados Unidos ficam com a maior parcela, cerca de 60%, seguido do Brasil com 20% e China com 10%. Enquanto o último utiliza quase a totalidade de sua produção nesse período, o Brasil exporta um pouco mais da metade da produção alcançada, cerca de 11% (Bertrand 1987). É importante notar que, já naquele período, o Brasil figurava como um dos principais produtores, o que estimulou a ampliação da área de produção em diferentes pontos do país bem como o surgimento de novos centros produtores. No Maranhão, entretanto, apesar de incipiente, os poucos produtores que se arriscam à sua produção, têm em vista o potencial exportador do grão.

Ao longo da década de oitenta, observa-se um declínio na produção de alimentos que atinge a pequena produção. Segundo informações obtidas junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Balsas, entre 1986 e 1987, chegaram a ser plantados pelos trabalhadores mais de 200 mil hectares de arroz, cifra que cai para 120 mil hectares entre 1987 e 1988. O que se verifica a partir de então, é a crescente imposição da cultura da soja na região, assentada nas proposições neo-liberais do Estado que já visava mais

fortemente, a partir do final da década de oitenta, a integrar o Brasil ao mercado internacional, a partir do discurso da globalização da economia.

Como a produção de soja no Maranhão encontra-se em um processo de crescimento, os problemas sociais se agudizam. Os danos ambientais, fruto de desmatamentos descontrolados, bem como a contaminação de rios e fontes d'água por agrotóxicos, usados pelas chamadas *fazendas* produtoras de soja e não fiscalizados pelo IBAMA, apresentam-se como graves. Igualmente problemáticas são as situações de conflitos agrários, grilagem de terras, deslocamentos de camponeses para as sedes dos municípios e as relações e condições de trabalho nessas *fazendas*. Estas situações espelham as contradições de um modelo de desenvolvimento e modernização da agricultura, levado a termo por empresários e apoiado pelo Estado.

A produção de soja no Sul do Maranhão, que atinge mais de perto os municípios de Balsas, Riachão e Tasso Fragoso, tem causado enormes danos às famílias camponesas residentes nas proximidades das chamadas *fazendas*. Em função dos desmatamentos, realizados por meio do emprego de correntes amarradas a tratores, os veios d'água passam a ser assoreados, obstruindo o fluxo normal para o principal rio da região, o Balsas, alterando o seu volume hídrico. É através deste rio que os pequenos produtores escoam sua produção e, dessa forma, os desmatamentos contribuem para o agravamento da situação já crítica da economia de base familiar. Segundo os trabalhadores, conseguiam transportar 80 (oitenta) *quartas*² de arroz, que corresponde a 2.640 (dois mil seiscentos e quarenta) quilos, agora, em decorrência dos constantes desmatamentos, só conseguem escoar 40 (quarenta).

A dificuldade de permanecer em suas terras, desenvolvendo suas atividades produtivas, tem levado um número expressivo de trabalhadores a se deslocar às sedes dos municípios. A ausência de financiamentos à pequena produção é apontada pelos trabalhadores como um dos fatores que concorre para esse movimento, apesar de existir um fundo para essa

² A quarta é uma medida de peso usada pelos trabalhadores da região, variando conforme o produto. A quarta de arroz corresponde a 33 (trinta e três) quilos, a de feijão ou de milho, a 45 (quarenta e cinco).

finalidade no Banco do Nordeste. Entretanto, outros fatores contribuem para a diminuição da pequena produção de alimentos, como a ação dos grileiros junto aos trabalhadores, obrigando-os a vender suas terras ou mesmo a deixá-las por não suportarem tanta pressão. A presença de grileiros tem levado à emergência de antagonismos que, em muitos casos, são responsáveis também pelos deslocamentos. Segundo os trabalhadores, apesar de os conflitos serem ocasionados por diferentes atores sociais, os mesmos se manifestam de forma localizada, ou seja, atingem áreas específicas. Nesse sentido, a grilagem de terras é apontada pelos trabalhadores como um dos principais problemas que contribuem para a instauração dos confrontos.

Os conflitos que ocorrem na região começam a ser melhor compreendidos à medida que se evidencia o processo de apropriação fraudulenta de terras. Os trabalhadores fazem referência a políticos e autoridades locais envolvidas na aquisição das mesmas. Aqueles que as adquirem, de forma irregular, repassam-nas às empresas que se instalam na região a fim de desenvolver o cultivo da soja. De acordo com matéria publicada no jornal A Folha de São Paulo, podemos constatar o aumento das áreas adquiridas: *"nos últimos anos, várias empresas do Sul do país têm comprado terras no Sul do Maranhão. Em 94 foram plantados 62.341 hectares de soja e, segundo estudos da EMBRAPA, existem cerca de 800 mil hectares de terra disponíveis no Sul do Maranhão e em condições para o plantio da soja. Na região de Balsas, um hectare de terra (10 mil metros quadrados) ainda custa cerca de US\$ 50 (cinquenta dólares), enquanto que em outras regiões produtoras de soja do país não existem terras de boa qualidade a menos de US\$ 1.000 (mil dólares) por hectare"* (A Folha de São Paulo 20.03.94)

O trecho da matéria publicada pelo periódico paulista evidencia dois detalhes importantes: o primeiro refere-se ao baixo preço das terras, comparado ao de outras regiões. O que explicaria o valor tão baixo cobrado por hectare? Estímulo a novos investimentos para o desenvolvimento da região? A possível infertilidade da terra não poderia servir como justificativa pois o nível de produtividade verificado no Sul do Maranhão prova o contrário. De acordo com o volume elevado de terras griladas, a oferta a preços acessíveis, poderia estar associada a esse indicador.

Entretanto, da data da publicação da matéria até o momento presente, segundo informações colhidas na região, verificou-se um aumento do valor do hectare de terra, sendo comercializado, agora, por um valor próximo de 500 (quinhentos) dólares.

O segundo detalhe a observar está associado à suposta disponibilidade de 800 mil hectares de terras. Essa afirmação pressupõe que a região se configura como um vazio demográfico, passível, portanto, de ocupação. De acordo com relatos de trabalhadores residentes em diferentes povoados espalhados pelo interior do município de Balsas, existem áreas com ocupações próximas dos 100 anos, portanto, bem antigas. Dessa forma, a idéia do vazio demográfico merece ser relativizada, ainda mais por existirem, atualmente, vários antagonismos em curso, o que vem refutar essa tese.

Devido ao processo de ampliação das áreas de plantio de soja a partir da aquisição de novas áreas pelos produtores, os trabalhadores passam a se sentir encurralados em virtude de as divisas das denominadas *fazendas* aproximarem-se cada vez mais de suas casas, restringindo também as áreas onde podem implantar os seus roçados. Dessa forma, esse fator soma-se àqueles que têm contribuído para a diminuição de sua produção e, em decorrência disso, segundo informações colhidas junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Balsas, muitos são forçados a mudar, instalando-se na periferia da cidade de Balsas, como pudemos perceber a partir da observação direta, gerando bolsões de pobreza anteriormente inexistentes, conforme relataram moradores da sede do município.

A apropriação fraudulenta de terras não se verifica somente nas áreas denominadas de *chapadas*, ela ocorre atualmente nas áreas onde os trabalhadores implantam seus roçados, os chamados *baixões*, terrenos acidentados situados na base das serras onde as *fazendas* produzem soja. Como existe um movimento de ampliação da área de plantio dessas *fazendas* e como também é exigida pelo IBAMA uma reserva de 20% da área total, os produtores, através de empresas especializadas em comercialização de terras, começam a adquirir os chamados *baixões*, transformando-os em reserva, conforme exigência e, dessa forma, passam a utilizar plenamente as áreas situadas nas serras, que são planas, propícias à plantação de soja.

Esse conjunto de problemas tem proporcionado uma diminuição da produção de alimentos, segundo os trabalhadores. De acordo com as informações colhidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas, entre 86 e 87 foram plantados mais de 200 mil hectares de arroz. Entre 89 e 90 essa área caiu para 51 mil hectares e entre 92 e 93 para apenas 27 mil hectares. Diante de tantas dificuldades apresentadas, mostramos a Tabela 1, no sentido de indicar a variação do montante colhido relativo às principais culturas praticadas pelos trabalhadores: arroz, feijão, mandioca e milho dos municípios de Balsas, Riachão e Tasso Fragoso, principais atingidos. Em seguida, apresentamos a produção de soja das denominadas *fazendas* verificada no mesmo período e envolvendo os mesmos municípios, para que se possa visualizar as alterações ocorridas (Tabela 2).

Tabela 1 - Variação das Principais Culturas Plantadas.

| ANO | 1991 | 1992 | 1993 |
|----------|-------------|------------|-------------|
| Arroz | 31.372 Ton. | 10.325 Ton | 18.048 Ton. |
| Feijão | 277 Ton. | 90 Ton | 181 Ton. |
| Mandioca | 5.840 Ton. | 6.340 Ton. | 5.950 Ton. |
| Milho | 13.229 Ton. | 2.789 Ton. | 3.825 Ton. |

Fonte: IBGE (1991, 1992, 1993).

Tabela 2 - Quantidade de Soja Produzida no Sul do Maranhão.

| ANO | 1991 | 1992 | 1993 |
|------|------------|-------------|-------------|
| Soja | 8.280 Ton. | 27.000 Ton. | 80.000 Ton. |

Fonte: Escritório da EMBRAPA / Balsas (1994).

É importante salientar que a quantidade de toneladas dos referidos produtos correspondem à soma dos três municípios citados. Dessa forma, observando os quadros, percebemos que a produção de alimentos diminuiu consideravelmente. Com exceção da mandioca, as demais culturas mostram uma queda acentuada. O arroz, que era um dos principais

produtos da região, apresenta uma diminuição em torno de 42% (quarenta e dois), o feijão 34% (trinta e quatro) e o milho mais de 71% (setenta e um). A soja, ao contrário, no mesmo período, apresentou um crescimento superior a 800% (oitocentos), daí ter se transformado num dos principais produtos de exportação.

Nos últimos quatro anos, segundo dados da EMBRAPA, verifica-se um aumento expressivo da área de soja plantada nessa parte do Estado, sendo a mesma quadruplicada, subindo de 15.240 ha em 1990 para 62.341 ha em 1994. Um outro dado que ratifica o crescimento é a quantidade de produtores na região, crescendo de 103 em 1993 para 130 em 1994. A partir desses indicadores, a região consolida-se como um forte pólo exportador de soja, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Soja Exportada pelo Porto de Itaqui - MA.

| ANO | 1992 | 1993 | 1994 |
|------|------------|-------------|--------------|
| Soja | 9.879 Ton. | 74.550 Ton. | 123.803 Ton. |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (1995).

Em 1994 o crescimento da soja destinada à exportação, apresentou, de acordo com a tabela acima, um percentual superior a 1.100% e, para o ano de 1995, é estimada uma safra recorde, em torno de 200 (duzentas) mil toneladas, segundo notícias veiculadas em periódicos locais. Entre as matérias veiculadas uma dizia: *"a redução da carga tributária incidente sobre a exportação da soja em grãos foi a principal medida tomada ontem pela Governadora Roseana Sarney, ao iniciar uma visita de três dias à região Sul do Estado. Ela assinou em Balsas, a 838 quilômetros de São Luís, um Decreto que reduz de 13% para 7% a alíquota do ICMS cobrado pela exportação da soja em grãos"* (O Estado do Maranhão 22.03.95).

Com relação à medida da governadora no sentido de estimular a exportação de soja, cabe dizer que a mesma representa a ratificação do envolvimento do Estado no apoio ao setor privado. Na verdade, a medida apresentada, refere-se a um Decreto estadual que reduz a base de cálculo do ICMS em 46, 1539% até 31.10.95, o que faz com que a alíquota de

exportação caía de 13% para 7%. O Estado, nessa parceria com o setor privado, tem lançado medidas facilitadoras com vistas à exportação do grão. Cabe ressaltar, no entanto, que a utilização dos Decretos como instrumentos de apoio aos produtores de soja por parte do Estado, vem-se dando desde a gestão anterior do governador Edison Lobão.

De acordo com os quadros apresentados, pôde-se visualizar o movimento descendente da pequena produção e ascensão da cultura da soja e em função dos incentivos fiscais contidos nos Decretos apresentados, percebemos a clara opção do Governo do Estado do Maranhão pela monocultura de exportação em detrimento da produção de alimentos que abastece populações da área em questão.

As atividades relativas à produção de soja são feitas, na sua maior parte, de forma mecanizada. Entretanto, em alguns momentos, trabalhadores são contratados para realizar atividades manuais. Uma delas refere-se à cata de raízes após o desmatamento. Como esta é uma atividade que não pode ser realizada pelas máquinas, devido à impossibilidade de coleta das pequenas raízes e também não requerer mão-de-obra especializada, o recrutamento da força de trabalho é geralmente realizado junto aos próprios trabalhadores atingidos pela produção de soja. Em muitas situações, esses empregos temporários acabam servindo como única fonte de renda complementar às unidades familiares que ainda não foram atingidas pela expansão do plantio da soja. Em outros casos, devido à proximidade das áreas de plantio do grão, o que os obriga a diminuir seus roçados, muitos se vêem obrigados a vender sua força de trabalho.

Os trabalhadores que realizam essa tarefa ficam alojados nos chamados *barracões*, estruturas de madeira com cobertura de palha e cuja área mede 6 x 15 metros, podendo abrigar cerca de 50 pessoas. Além dessas condições de alojamento, os trabalhadores que catam raiz, os chamados *catadores de raiz*, têm uma jornada de trabalho que varia de dez a doze horas diárias, com uma alimentação à base de arroz e feijão, preparada no próprio *barracão*.

Além das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que desenvolvem a cata de raiz, em função das condições de trabalho insalubres, durante todo o ciclo produtivo da soja, os trabalhadores são expostos à ação de agrotóxicos. Antes de serem plantadas, as sementes da soja passam por um

processo de mistura com veneno em tonéis de 200 (duzentos) litros. Essa tarefa, segundo os trabalhadores, é realizada sem uso de luvas, máscaras ou roupa especial. A inexistência de equipamentos de segurança durante o manuseio dos agrotóxicos, tem contribuído para a contaminação dos trabalhadores. Durante todo o ciclo da soja, várias aplicações de agrotóxicos são realizadas, feitas geralmente por meio de pulverização, o que expõe ainda mais os trabalhadores. Uma das formas utilizadas é a borrifação da área plantada por meio de tratadores. Nesse caso, aquele que opera a máquina fica totalmente exposto em virtude da ação dos ventos e da falta de qualquer equipamento de segurança. Uma outra se dá por meio de pulverização aérea, realizada por pequenos aviões, que aplicam inseticidas por toda a plantação. Para orientar a aplicação, dois trabalhadores, denominados de *bandeirinhas*, ficam em linha reta, em lados opostos das áreas a serem borrifadas, sendo banhados pela aplicação do veneno. Ressalte-se que os trabalhadores que orientam a aplicação, não utilizam qualquer equipamento de segurança. Muitos relatam que, em decorrência disso, já ocorreram várias mortes e inutilização de trabalhadores. Geralmente, em casos como estes, os atingidos não são indenizados ou mesmo a família daquele que morre recebe qualquer ajuda financeira. Ainda segundo informações colhidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas, os hospitais locais não registram em seus boletins, os casos de envenenamento ocorridos nas chamadas *fazendas* como contaminação por agrotóxicos, o que dificulta a denúncia junto ao Ministério do Trabalho por parte do órgão de representação dos trabalhadores.

Apesar de a pequena produção de alimentos vir sendo atingida por diferentes problemas ocasionados pela produção de soja, o que se verifica atualmente é um empenho do Estado em criar condições de ampliação da produção da segunda. Nesse sentido, foi aprovado pelo Banco Mundial, um projeto que prevê o melhoramento e a pavimentação da estrada que liga os municípios de Balsas a Alto Parnaíba, com um orçamento da ordem de 79 (setenta e nove) milhões de dólares e que está sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DER-MA).

No que se refere a esse projeto, os trabalhadores do município de Balsas têm-se mostrado temerosos com relação aos desdobramentos negativos da estrada. Em função disso, através do seu órgão de representação,

encaminharam uma carta ao Banco Mundial, datada de 15 de junho de 1994, manifestando as suas preocupações sem contudo obter resposta. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas encaminhou então uma carta à URGEWALD, uma organização não governamental alemã, com a qual mantinham contatos regulares, para que a mesma intercedesse junto ao Banco Mundial no sentido de obter respostas às questões formuladas. Atendendo à solicitação dos trabalhadores, a URGEWALD, na Alemanha, por meio do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento encaminhou ao Task Manager do Banco Mundial as preocupações dos trabalhadores de Balsas. Com relação ao problema apontado, alguns trechos das respostas fornecidas pelo Task Manager ao representante do Ministério alemão relativas ao projeto de melhoramento e pavimentação da rodovia trazem as seguintes indicações: (...) *“Segundo as informações que nós recebemos às nossas perguntas sobre conflitos de terra, na área do projeto, são impossíveis, porque a densidade de população é muito baixa em vastas áreas e existe terra suficiente. Em áreas povoadas mais densamente, não é aguardada uma expansão da área agrícola. Como argumento básico é apresentado que os camponeses em primeiro lugar transformam as suas áreas até agora usadas como pastagens em plantação de soja”* (...) (grifos do autor) (Urgewald apud Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, 20.12.94)

As afirmações do Task Manager do BIRD ao representante do Ministério alemão não correspondem aos processos sociais em curso. Mais uma vez, a suposição da existência dos vazios demográficos parece justificar a impossibilidade de conflitos, mas, diferentemente dessa proposição, verificamos que é justamente pela existência de segmentos camponeses residindo e desenvolvendo suas atividades econômicas há várias gerações, que eles acontecem.

Quanto à referência a não expansão das áreas de produção, o que se verifica é um movimento no sentido contrário, ou seja, um aumento acelerado das mesmas, proporcionado pelos incentivos fiscais e financeiros, bem como pelo valor extremamente baixo do hectare nessa parte do Estado, como vimos anteriormente. A justificativa apontada, nesse caso, erroneamente, confunde camponeses com produtores de soja. Tradicionalmente, os vários segmentos camponeses da região desenvolvem suas

atividades com vistas a produzir alimentos de consumo básico como arroz, feijão, mandioca e milho. A soja, no caso, não se enquadra no elenco das culturas plantadas por eles. Há mais de século esses segmentos, característicos de áreas de pecuária tradicional, desenvolveram uma economia baseada na articulação da pequena agricultura, pequena criação extensiva, extração de produtos vegetais e caça. Souberam utilizar equilibradamente os recursos da natureza, combinando a utilização familiar das áreas mais úmidas, com o usufruto comum das chamadas *chapadas*, conforme demonstrou Paula Andrade (1982). De acordo, ainda, com esta autora: “os trabalhadores da região elaboram complexa classificação dos tipos de terreno aí existentes, em que se combinam características ligadas a solo, clima e vegetação, ordenando e explicando, assim, as diversas formas de apropriação dos recursos naturais. Tal classificação liga-se à combinação das duas principais atividades econômicas, representadas pela agricultura e pela pecuária e seus princípios refletem uma lógica propiciada por um saber particular em relação à natureza” (Paula Andrade 1982:38).

É evidente que a densidade demográfica do chamado *sertão* não se compara àquela das áreas de floresta, na Pré-Amazônia Maranhense, o que não quer dizer, por isso, que os conflitos agrários não se verifiquem, como já demonstramos. O que está em jogo não é o número de conflitos ou a modalidade deles, mas o agravamento da situação econômica de diferentes unidades de produção familiar bem como a destruição dos recursos naturais, notadamente as áreas de *chapadas* e os cursos d’água, tão bem preservados pelos diferentes segmentos camponeses que, há muitas gerações, ocupam essa parte do Estado. Assim, a partir dessas indicações, não é nossa intenção reificar a condição camponesa enquanto imutável mas, sobretudo, relativizar o modelo de desenvolvimento proposto para a região que não leva em consideração as práticas econômicas das famílias aí colocadas. Como já pudemos demonstrar, a falta de financiamento e assistência técnica é que leva os trabalhadores a praticarem a chamada *agricultura de toco*, vista preconceituosamente pelos planejadores como ultrapassada e rudimentar.

Já que a construção da rodovia parece inevitável, a preocupação atual dos trabalhadores da região está referida a uma outra questão: o local de construção de um longo trecho da estrada que pode beneficiar, ainda mais,

apenas os produtores de soja. Segundo os trabalhadores, existe um movimento por parte dos sojicultores para que a estrada passe pela Serra do Penitente, o que facilitaria o escoamento da produção e a redução dos custos com transporte, pois as fazendas, concentram-se nessa área. Os trabalhadores, por sua vez, reivindicam que a estrada seja construída na parte de baixo da serra, pois beneficiaria um número maior de famílias que ocupam as áreas localizadas nessa parte do relevo. Como a coordenação do projeto está a cargo de um órgão do Estado, o DER-MA, e sabedores do apoio que o Governo do Maranhão tem dado à produção de soja, os trabalhadores temem que, novamente, os interesses privados prevaleçam em detrimento da população mais atingida pelo pólo produtor de soja.

A produção de soja no Sul do Maranhão apresenta-se como exemplo que se enquadra no modelo econômico fundamentado nas proposições neoliberais com vistas a integrar o Brasil numa nova ordem econômica mundial, a partir da aproximação de mercados que a globalização da economia pressupõe. Voltada basicamente à exportação, a soja tem atraído investimentos expressivos, apoiados pelo Estado com o intuito de promover o desenvolvimento da região. Esse movimento de internacionalização da produção, entretanto, tem proporcionado a emergência de problemas sociais de graves proporções.

Percebemos que o envolvimento direto do Estado, no apoio à monocultura da soja, tem sido um dos fatores que reforçam a emergência dos problemas sociais. Uma das primeiras implicações dessa opção pelo setor privado reflete-se na queda da produção de alimentos, realizada em sua grande parte pelos trabalhadores que, de acordo com dados de seu órgão de representação, é responsável por 65% dos produtos básicos, como arroz, mandioca, feijão e milho. A soja, produto em destaque, não faz parte da dieta alimentar da população local, servindo para alimentar animais nas fazendas situadas na Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica, entre outros países europeus. Essa queda na produção de alimentos tem conduzido à importação de produtos básicos, gerando aumento no custo de vida da população local.

A monocultura da soja legitima a concentração fundiária, sendo a grilagem de terras e os conflitos agrários sua decorrência natural. A idéia de vazio demográfico da região, na visão dos planejadores, pautada na

provável existência de terras propícias à cultura da soja a preços acessíveis, facilita a instalação de projetos, o que permite a geração dos antagonismos sociais e o aumento das dificuldades para as famílias camponesas que já ocupam essas áreas há várias gerações.

Os freqüentes incentivos fiscais denotam que o Estado prioriza e estimula a monocultura em detrimento da produção de alimentos. Apesar de a governadora do Estado ter entregue, segundo matéria publicada em periódico local do dia 22.03.95, trinta e nove (39) títulos de propriedade de terra a pequenos produtores, o quadro de dificuldades não será invertido. Podemos entender que a atitude da governadora, longe de configurar uma tentativa de manter o homem no campo, mostra-se como parte do arremedo das políticas compensatórias do Estado em relação ao dano social gerado pelo apoio à produção de soja.

Os camponeses afetados pela grilagem de terras, conflitos agrários, agrotóxicos, entre outros problemas, reduzem consideravelmente as suas expectativas de produção e, em muitos casos, acabam se convertendo em assalariados temporários nas *fazendas* produtoras de soja. A geração de empregos sempre anunciada como justificativa à instalação desses projetos, na verdade, prevê esse tipo de desagregação. Parece estar posta neste caso, uma visão capitalista da economia rural, como se a existência das *fazendas*, a partir da geração do trabalho assalariado, se apresentasse como sendo a alternativa econômica mais viável às famílias camponesas. Longe de ser uma redenção, necessário se faz olhar de forma menos preconceituosa para a economia camponesa, pois os parâmetros, estritamente capitalistas, são insuficientes para explicá-la. Estudiosos do campesinato (Shanin 1976, 1979; Wolf 1976), baseados em Chayanov (1981) alertam para as especificidades dessa economia. Nesse caso a família camponesa se auto-explora, configurando-se numa unidade de produção e consumo, em que todos os seus membros alocam sua força de trabalho na atividade agrícola e cujo resultado é consumido de forma coletiva pela mesma.

Apesar da existência dos problemas sociais, o Estado continua investindo na região através da melhoria do sistema de transporte que viabilize o melhor escoamento da produção com vistas à exportação. Nesse sentido, a estrada que liga Balsas a Alto Parnaíba, já referida, além da finalidade de escoamento, propiciará a ampliação da produção de soja até o

extremo Sul do Estado. Em decorrência disso, já se verifica em Alto Parnaíba, segundo relatos de trabalhadores, um movimento de aquisição de terras por empresas estrangeiras, verificando-se a compra de posses consolidadas, muitas vezes, há mais de 50 anos. Existe, também, o movimento de compra de terras junto aos bancos, daqueles que não conseguiram saldar as dívidas contraídas por meio de empréstimos agrícolas. A partir dessas indicações, podemos depreender que a produção de soja, no seu movimento de ampliação até o extremo sul do Estado, pode ser vista como elemento multiplicador de tensões sociais.

A estrada em construção pode ser também entendida como um plano estratégico de consorciamento do sistema de transporte rodo-ferroviário. Nesse caso, a Estrada de Ferro Carajás e a Ferrovia Norte-Sul assumem uma posição estratégica nesse planejamento, formando um sistema de transporte integrado que beneficia o produtor de grãos do Sul do Estado. Dessa forma, a Companhia Vale do Rio Doce, ampliando a sua área de influência para mais de 300 (trezentos) quilômetros, contribui para a expansão da soja. A comercialização dos serviços da ferrovia aos produtores de soja já se encontra nos planos da Superintendência da Estrada de Ferro Carajás (SUPEC) e, nesse sentido, a Companhia Vale do Rio Doce desenvolve estudos no sentido de implantar um projeto de transporte multimodal, que combinará o uso de rodovia, ferrovia e hidrovía.

Como pudemos perceber, os investimentos voltados para a região indicam o crescimento dos problemas presentemente enfrentados pelos trabalhadores. Evidenciam também o envolvimento direto do Estado na proposição de políticas que beneficiam o setor privado. A idéia de um Estado moderno e não interventor, voltado ao seu real papel, ou seja, cumprimento de políticas de interesses sociais mais amplos, como sugere o neo-liberalismo, diante dos problemas apresentados, configura-se apenas como uma idealização, pois as suas orientações têm demonstrado que ele está concretamente associado aos interesses privados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A FOLHA DE SÃO PAULO. 1994. São Paulo, 20 mar.
- BERTRAD, J.-P. et al. 1987. *O Mundo da Soja*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP.
- CHAYANOV, A. V. 1981. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: GRAZIANO, J. (org.). *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense.
- HALL, S. 1991. The local and the global: glabalization and ethnicity. In: *The World Sistem*. New York, Macmillan.
- IBGE. 1991-1993. *Produção agrícola municipal*.
- MINISTÉRIO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. 1994. Carta à URGEWALD. Alemanha, 20 dez.
- O ESTADO DO MARANHÃO. 1995. São Luís, 22 mar.
- PAULA ANDRADE, M. 1982. *Os gaúchos descobrem o Brasil - os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense face à implantação de projetos agropecuários*. São Paulo, Universidade de São Paulo/FFLCH/Depto. de Ciências Sociais. Tese de mestrado.
- PAULA ANDRADE, M. 1983. *A modernização da agricultura nas chapadas do Sul Maranhense*. Relatório de Pesquisa. São Luís. mimeografado.
- RELATÓRIO Sobre a Soja Exportada através dos Portos Brasileiros. 1995. Rio de Janeiro, Secretaria de Comércio Exterior.
- SHANIN, T. 1976. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações*. São Paulo. (Estudos Cebrap, 26).
- SHANIN, T. 1979. Introdução. In: *Campesinos y Sociedades Campesinas*. México, Fondo de Cultura Economica.
- WOLF, E. 1976. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar.

Recebido em: 03.07.95
Aprovado em: 15.04.96